

Paulo Eduardo Guimarães

A questão operária na I República:
historiografia e memória

António Cândido Franco

Para a compreensão da República
em Portugal: a metáfora arboriforme

António José Queiroz

A “Nova República” (1919-1926)

Documento:

“O novo regímen – Opinião nossa”

[Editorial de *A Sementeira*, de Outubro de 1910]

João Freire

A crise continua...

Soraya Corrêa Domingues

Movimentos ambientalistas
do Nordeste do Brasil

Maria Luísa Falcão Murta

Carta de Juan Eduardo Cirlot
a André Breton

Jorge Telles de Menezes

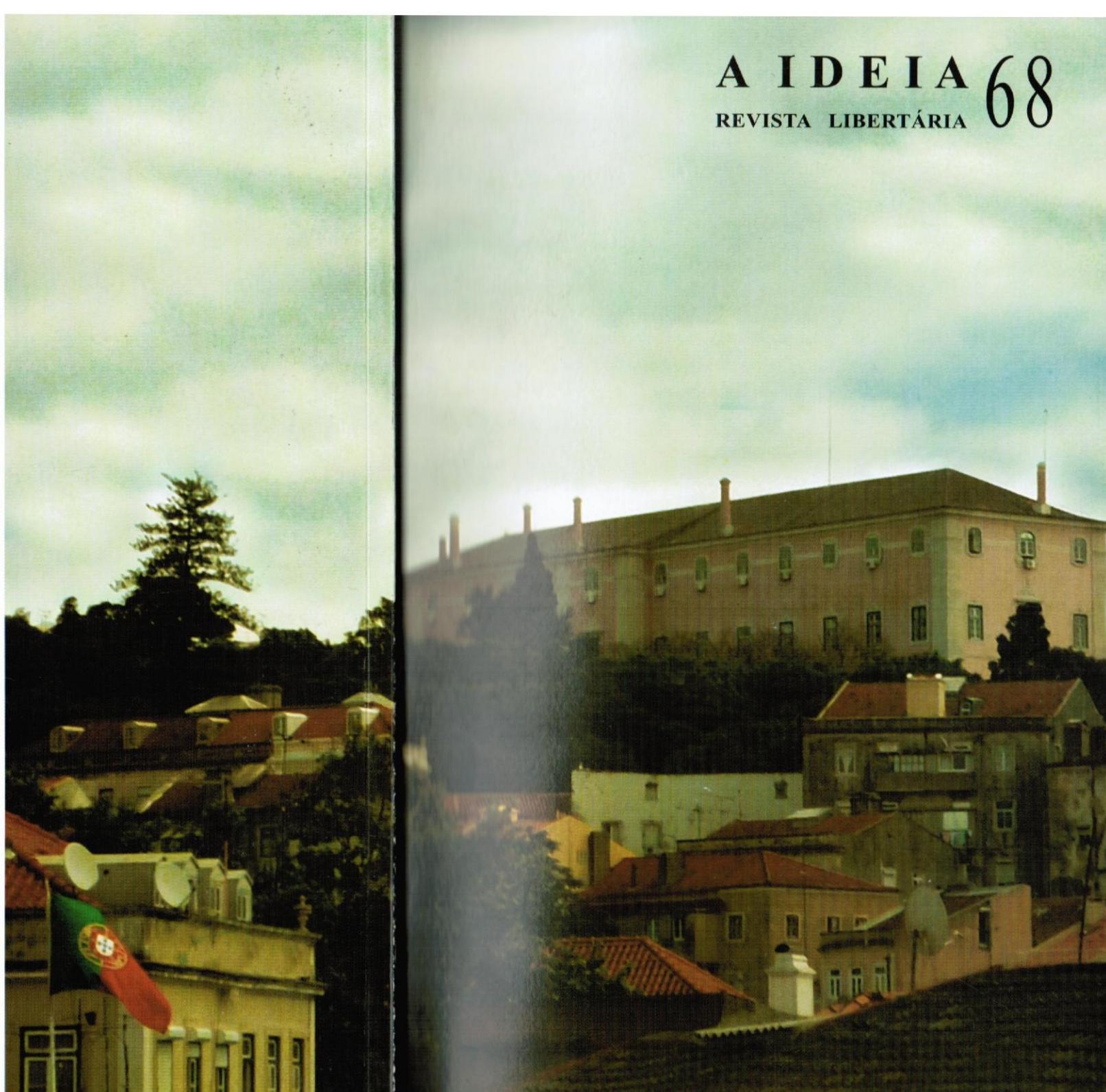
A pedra da esperança (teatro metafísico)

Poesias:

João Lopes

Paulo Jorge Brito e Abreu

Cruzeiro Seixas



Nesta segunda época, é propósito dos promotores editar textos de reflexão que lhes sejam propostos sobre os mais diversos temas. Temas que configurem, contudo, uma oportunidade e um espaço de debate e diálogo entre pessoas cidadãs. Ou seja: textos que, podendo envolver matéria política, cultural, social, etc., sejam dirigidos “horizontalmente” ao entendimento e à sensibilidade dos outros. A selecção dos artigos a publicar dependerá da opinião que sobre eles emitirem os membros de uma “rede de conselheiros de redacção”.

Ao lado da edição tradicional impressa em papel, ela será simultaneamente acessível, pelo menos em parte, por via da Internet. Na primeira modalidade, apenas será feita uma tiragem limitada, em função do número de compradores e a um preço de venda que cubra as despesas, o que significará sempre um valor elevado. No segundo caso, o acesso será gratuito e aberto a todos os interessados.

AIDEIA nada renega da sua trajectória anterior, mas também não se considera dela prisioneira. Por isso, parte para esta nova fase sem plataforma ideológica ou projecto programático. E se ostenta o mesmo subtítulo que exibía anteriormente é sobretudo porque continua a considerar a liberdade como seu valor de referência fundamental e não como sinal de reconhecimento de tribo. Escreveu-se em certo momento que nos encontrávamos “no partido do movimento, na pesquisa irrecusável da verdade e na ambição do indivíduo livre sobre a terra livre”. Esse é talvez um bom mote para prosseguir.

Dir., Edit. e Prop.: João Freire Impressão: Papiro-Relevo, Unipessoal, Lda.
Endereço Postal: Apartado 140 – Corroios – Seixal
2494-909 Ourém – Portugal Tiragem: 200 exemplares
Depósito Legal: 3.276/83 Registo título: 104.197 ISSN: 0870-6913

Site na Internet: www.aideia.no.sapo.pt
Endereço Email: aideia@sapo.pt
Blogue: <http://aideialivre.blogspot.com/>

Periodicidade de edição anual, no mínimo.

Publicação não destinada à venda comercial. Envia-se cada número, pelos Correios, contra o donativo de **10 Euros**, destinado a compensar os custos desta edição sem fins lucrativos. Se solicitado, será passado um recibo particular.

Pagamentos: à cobrança, por cheque ou por transferência bancária (é **favor identificar o expedidor**) à ordem da conta: **NIB 0035 0891 00020837 400 82**

Depositários:

- Centro de Estudos Libertários (aberto aos sábados à tarde)
Azinhaga da Alagueza, Lote X, cave Esq. (Olivais velho) Lisboa
- Livraria “Ler Devagar” (aberta à tarde e noite de 4ª Fª a Dom.)
R. Rodrigues Faria, 103 (*Lx Factory* - ao Calvário) Lisboa
- Livraria “Utopia” (horário normal do comércio)
R. da Regeneração, 22 Porto

A questão operária na I República: historiografia e memória

Paulo Eduardo Guimarães

A jovem República portuguesa teve de enfrentar, poucos meses após a sua implantação, uma vaga de movimentos grevistas sem precedentes que desafiavam a capacidade dos novos governantes para garantir a ordem interna. Esta vaga, que se arrasta até finais de 1912, mobiliza trabalhadores urbanos e os assalariados rurais do sul, afecta empresas nacionais e estrangeiras do sector moderno e exportador, das minas aos transportes urbanos e portos, da indústria à agricultura. Ela ocorre quando os republicanos buscavam ainda o reconhecimento externo do frágil regime e, internamente, procuravam consolidar as suas bases sociais de apoio ao mesmo tempo que enfrentavam a hostilidade interna dos monárquicos e a invasão militar liderada por Paiva Couceiro a partir da Galiza.

Ao longo da sua curta e atribulada existência, a República teve de se confrontar com um movimento operário organizado e revolucionário, autónoma na acção e na sua estratégia face às diversas forças políticas em presença. Apesar da legislação social promulgada e dos dispositivos legais existentes para a arbitragem e resolução dos conflitos, a acção dos sucessivos governos republicanos foi pautada pela repressão reactiva à escalada dos conflitos sociais, mais até do que pela acção vigilante junto das organizações sindicais e das associações populares.

A incapacidade do liberalismo republicano resolver a chamada “questão social” e de garantir a Ordem Pública constituiu um dos fundamentos legitimadores tanto da Ditadura Militar que pôs fim ao regime parlamentar como da política social autoritária instaurada com a ordem corporativa em 1933. Com a repressão do movimento sindical livre e colocados os sindicatos sob tutela governamental durante quase meio século, a memória daquela experiência de luta pela emancipação social quase se perdeu. O seu resgate foi uma tarefa frequentemente militante, empreendida por historiadores, sociólogos, intelectuais e antigos militantes sociais. Neste contexto, o movimento operário foi por vezes constituído personagem central na história da I República e na narrativa do seu desenlace histórico.

Nesta comunicação procurarei fazer o balanço historiográfico sobre a construção do problema a que poderemos chamar “a questão operária na I República”, salientando os principais tópicos de reflexão e de debate bem como o esforço militante de recuperação da memória sobre o movimento operário até ao Estado Novo.

A construção histórica do problema

A partir do início da década de 1970 verificou-se em Portugal um crescente interesse por parte de alguns intelectuais e historiadores pela história do movimento operário durante o período da I República. Este interesse traduziu-se numa multiplicação de publicações sobre o tema em editoras de larga distribuição nacional e numa narrativa do passado onde o operariado tomou um lugar de relevo, se não mesmo central, na explicação do processo e do desenlace do regime republicano.

Por outro lado, a longa duração de um regime de ditadura nacionalista, por ter atravessado diversas gerações e épocas históricas, tinha sido responsável por uma verdadeira amnésia colectiva e importava recuperá-la. Tratou-se quase sempre de um esforço militante, inicialmente feito à margem das universidades, e muitas vezes preocupado com as questões políticas do momento. César de Oliveira (1941-1998), por exemplo, ao publicar numa editora de larga distribuição nacional uma obra sobre a “primeira cisão” no movimento sindical português (aquela que tinha sido provocada pelos partidários da Internacional Sindical Vermelha no Congresso da Covilhã, em 1922) visava expressamente “proporcionar aos que hoje se preocupam das questões sindicais, e entre estas das relações internacionais, como prática militante, materiais e análises que servem, pelo menos, a uma reflexão que julgamos necessária”¹. Escrito um ano depois do I Congresso da União Geral dos Trabalhadores, momento que sancionou a cisão dos socialistas e sociais-democratas no movimento sindical unitário após a Revolução dos Cravos, o autor pretendeu igualmente com esse texto “esclarecer um período fulcral da história contemporânea portuguesa deste século sobre uma temática importante e que poderá fazer luz sobre a aparente facilidade com que triunfou o movimento militar em 1926”. Refira-se então que este livro surge na sequência de uma década de intensa publicação de títulos pelo autor que conjugavam a interpretação e a reflexão crítica sobre o movimento operário “antigo” com a divulgação de textos socialistas, anarquistas e comunistas anteriores ao Estado Novo².

Com a Revolução de 1974, esse esforço foi acompanhado pela reedição de textos doutrinários, pela multiplicação de obras memorialistas e de apontamentos históricos, na maior parte das vezes na forma de artigo de jornal. A memória tornou-se igualmente um espaço onde, à “esquerda”, se

questionava a hegemonia ideológica do Partido Comunista Português como o “partido da classe operária” e a sua interpretação do passado histórico³. Protagonistas sobreviventes de eventos “históricos” vinham agora reclamar a “verdade dos factos”, entretanto mistificados ou mitificados pela propaganda partidária, ou justificar as suas acções perante a História. É este o sentido imediato da intervenção de antigos militantes anarco-sindicalistas quando, em 1976, reeditaram *O Sindicalismo em Portugal* de Manuel Joaquim de Sousa (1885-1944)⁴ ou quando, dois anos depois, publicaram, numa pequena obra colectiva, o seu depoimento sobre o Movimento do 18 de Janeiro de 1934⁵, à semelhança do que fez também Edmundo Pedro, jovem comunista naquela ocasião, mas agora empenhado na construção do “sindicalismo democrático”⁶. É esta, enfim, a preocupação também subjacente nos textos que Emídio Santana (1906-1988) publica, reflectindo sobre a sua acção enquanto militante sindical durante a década de 1920 e durante a Ditadura Militar, ou sobre o atentado a Salazar⁷, enquanto outros visavam fazer renascer a memória e a dignidade do movimento anarquista “específico”, reeditando obras há muito esquecidas⁸.

“Das ideologias do movimento operário”, escrevia Carlos da Fonseca em 1975, “nenhuma teve, como o anarquismo, o privilégio de provocar tão grande número de injúrias. «Terroristas», «pequeno burgueses», «utopistas», «lumpen proletários», «agentes provocadores», «esquerdistas», «direitistas», «degenerados», «sonhadores»..., inútil prosseguir. Raramente os seus críticos utilizaram tão sistematicamente a calúnia ou o argumento de baixo quilate como nas respostas a alguns problemas sérios que os anarquistas levantaram. (...) A explicação do anarquismo pela social-democracia fez carreira. Institucionalizou-se, foi permanentemente retomada por várias gerações de homens políticos e a banalidade dos seus axiomas transformou-se numa espécie de ‘lex est quo notamus’ do socialismo vulgar”⁹. Pouco tempo depois, o jornalista Jacinto Baptista (1926-1993) captava a enorme riqueza do universo cultural e ideológico do principal jornal operário após a I Guerra Mundial, durante o período da I República¹⁰.

Também David Carvalho ensaiou uma história crítica do período da I República a partir das suas memórias como militante confederal, “explicando” a vitória das forças reaccionárias em 1926 e visando contribuir para um “conhecimento objectivo de uma época”¹¹. Escrevia ele então: “o povo não tem ainda os seus historiadores como os tem a burguesia, embora se diga sempre que é o povo que faz a história; ele a faz, na verdade, porém, ninguém a escreveu ainda. (...) Julgo legítimo insistir que qualquer investigação histórica deve guiar-se por conceitos de justiça e de verdade, acima de toda a paixão ideológica ou partidária.”¹² Da mesma forma, comunistas ou críticos do Partido procuram recuperar a memória de um partido bolchevique como João Quintela¹³ ou tão-somente descrever um percurso pessoal como José Silva¹⁴.

Se, na maioria das publicações, procurava-se resgatar a história política do movimento, a sua organização e acção, as ideologias e doutrinas em confronto, as suas relações com outras forças políticas e governamentais, enunciar e estabelecer novos factos, avaliar a sua estratégia, inventariar e publicar fontes, divulgar textos inéditos ou raros, noutros casos, enveredou-se pelo reconhecimento sociológico do operariado “primitivo”, tendencialmente anárquico, num quadro teórico marxista, como foi o caso de Villaverde Cabral¹⁵.

Quando, em Maio de 1981, o Gabinete de Investigações Sociais, herdeiro directo do Gabinete de Estudos Corporativos, organizou um seminário sobre o *Movimento Operário em Portugal*¹⁶, José Pacheco Pereira apresentou uma lista com 500 referências bibliográficas relativas a livros e artigos publicados sobre o tema desde 1974 até 1980¹⁷. Tinha sido este o resultado da “urgência de uma preocupação que até então tinha estado ausente da historiografia portuguesa”, que César Oliveira anunciara quando, em 1974, reedita a obra do sindicalista revolucionário Alexandre Vieira (1880-1973), *Para a História do Sindicalismo em Portugal*.¹⁸ A lista de historiadores e sociólogos interessados na história do movimento operário até ao Estado Novo é vasta: Carlos da Fonseca, César Oliveira, Vasco Pulido Valente, Manuel Villaverde Cabral, António Ventura, José Barreto, Maria Filomena Mónica, José Manuel Tengarrinha, Fernando Piteira Santos, João Arsénio Nunes, João Freire, Victor de Sá, José Pacheco Pereira, José Amado Mendes, para citar apenas os mais produtivos¹⁹. Contudo, este interesse não correspondeu a uma abertura dos arquivos aos investigadores nem o novo Estado democrático faria qualquer esforço nesse sentido. Phillip Schmitter, que se preocupava em conhecer as bases sociais do regime Salazarista, diria sobre a situação nessa altura, com ironia mordaz, que ficava comprovada a tese de que só a ocupação militar de um país permitia abrir os arquivos das ditaduras aos investigadores²⁰. Em 1978, foi criada uma Comissão que teve um regime de acesso especial e privilegiado aos arquivos do Estado que deveria compilar “os elementos susceptíveis de contribuir para o esclarecimento e elucidação do que foi o regime fascista em Portugal” (Decreto-Lei nº 110/78). Durante uma década, a acção da Comissão do Livro Negro sobre o regime fascista traduziu-se na publicação de documentos dos arquivos do Estado, distribuídos por cerca de três dezenas títulos organizadas tematicamente, que visavam estabelecer factos sobre práticas, comportamentos e acções de alguns dos maiores responsáveis políticos do anterior regime. Apenas uma dessas publicações dizia respeito à *acção do regime* no campo sindical e, portanto, sem qualquer interesse para as questões que os historiadores levantavam relativamente à questão operária durante a I República²¹.

O problema era tanto maior quanto grande parte da memória das instituições operárias e dos conflitos sociais estavam nos arquivos do Es-

tado pois a ocupação e o encerramento dos sindicatos e a prisão militantes foram por vezes acompanhados pela apreensão de documentos de arquivo e panfletos quando não foram destruídos. José Mariz identificou em Serpa, em 1982, o arquivo da Associação de Trabalhadores Rurais quando organizava o fundo do administrador do concelho no Arquivo Municipal. Mas um inventário de toda a documentação apreendida pelo Estado aos cidadãos e às suas associações por motivos políticos está ainda por fazer. Além disso, os documentos produzidos como resultado da acção vigilante e repressiva dos sucessivos governos nos diversos níveis da administração civil, nomeadamente os relatórios policiais sobre a actividade das associações, a correspondência alusiva aos movimentos sociais entre administradores do concelho, governos civis e ministério do interior, oferecem-nos uma outra representação dos movimentos sociais e dos seus militantes que permitem ultrapassar o domínio da retórica doutrinária e dos discursos mobilizadores das organizações. Deste modo, a imprensa operária e burguesa constituiu a principal fonte informativa onde se procurou interpretar o movimento operário nas suas relações com o Estado republicano.

Só na década de 1980 foi depositada na Biblioteca Nacional a colecção sobrevivente de documentos produzidos pelas associações operárias e pelos seus congressos; enfim, por alguns militantes anarquistas e sindicalistas que os tinham guardado²². A colecção intitulada Arquivo Histórico-Social, reunida no Centro de Estudos Libertários, era composta por documentos de arquivo, manuscritos ou dactilografados, folhetos ciclostilados, livros, brochuras, jornais, fotografias, objectos museais, documentos sonoros e audiovisuais provenientes quer de antigas organizações de classe quer de grupos acratas e salvaguardados por militantes. Essa colecção foi apresentada ao público em 1987 na exposição *100 Anos de Anarquismo em Portugal* depois de inventariada, descrita e organizada²³. Outros antigos militantes situados na órbita libertária, como Lúcia de Oliveira, iriam depositar os seus documentos no Instituto de História Social (Amesterdão) enquanto o espólio de Pinto Quartim ficaria sob custódia do Instituto de Ciências Sociais (Lisboa).

Entretanto, no início da década de 1980, Edgar Rodrigues publica muitos documentos e informação inédita relativa ao período final da Monarquia Constitucional e da I República, numa obra dividida cronologicamente em 4 volumes, na qual este autor faz uma leitura da acção anarquista nos movimentos sociais desde os finais da ditadura até ao Estado Novo²⁴. Também Carlos da Fonseca publica nessa altura a sua monumental *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal* em 4 volumes. O Instituto de Ciências Sociais começara igualmente a publicar algumas fontes e estudos sob direcção de Maria Filomena Mónica no “Arquivo Histórico das Classes Trabalhadoras” (série Estudos e Documentos ICS) bem como o *Boletim de Estudos Operários*. No conjunto, os estudos

dessa década foram ainda marcados pela deslocação do interesse historiográfico, até aí predominantemente preocupado com a memória doutrinária e com a história política do movimento durante a República, para o estudo sociológico do operariado concreto, muitas vezes centrado em determinados grupos ditos “aristocráticos” (chapeleiros, soldados, vidreiros, metalúrgicos)²⁵.

João Freire centrar-se-ia no estudo histórico-sociológico do anarquismo e do anarco-sindicalismo, articulando a origem profissional do universo dos seus militantes, a natureza do trabalho que desempenhavam, e da sociabilidade que lhe estava associada com as ideologias e práticas sociais²⁶. Esse trabalho fundamental, que muito beneficiou das ligações próximas do autor àquele universo, surgia na sequência dos seus trabalhos sobre a cultura e as correntes ideológicas que influíram no movimento libertário específico.

Em suma, apesar do operariado fabril constituir sociologicamente uma pequena minoria na sociedade portuguesa, a sua organização e acção adquirira desde os anos '70 do século passado um lugar central na análise do processo histórico que conduziu primeiro à República, e depois ao Salazarismo. Explicava-o a erupção de surtos grevistas desde finais de Oitocentos num quadro geral de elevada instabilidade e de violência políticas que, finalmente, teria terminado no regime de “ordem pública” imposto ditatorialmente.

O tema do “divórcio” entre a República e os operários

Neste contexto, Vasco Pulido Valente defendia que, logo a seguir à implantação da República, a política do Governo Provisório “*tornou impossível aos sindicatos e ao Partido Socialista colaborar com o novo regime político*” e, desta forma, “*contribuiu para estabelecer no País um estado de guerra latente entre as classes trabalhadoras e as classes urbanas republicanas com que o regime se identificava. Isso contribuiu decisivamente para tornar a República inviável e preparar a sua queda*”²⁷. Também Manuel Villaverde Cabral dedicou o *Portugal na Alvorada do Século XX* à narrativa da emergência de um movimento operário moderno, associando-a à crescente influência do sindicalismo revolucionário e ao seu papel no desmoronamento do Estado liberal²⁸. Tratava-se de uma verdadeira revelação e, logo no Prefácio à versão portuguesa da sua tese de doutoramento, se afirmava:

“*A ignorância que rodeava designadamente as origens do regime era tanto maior quanto este se empenhava, como todos os meios ao seu dispor, em falsificar a história recente do país e em impedir a sua discussão. Todavia, assim que o meu camarada Fernando Medeiros e eu próprio*

nos pusemos a retroceder na história do fascismo português, depressa nos demos conta que uma pesada hipoteca de ignorância pesava igualmente sobre o período que imediatamente o antecederia, a República parlamentar implantada em 1910, bem como as últimas décadas da Monarquia constitucional.”²⁹

Efectivamente, Fernando Medeiros dedicou metade da sua obra intitulada *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo* à análise da organização e acção estratégica da Confederação Geral do Trabalho (C.G.T.) face às intencionalidades reaccionárias que, desde 1924, anunciaram o advento duma ditadura militar de tipo conservador ou fascizante³⁰. Na mesma altura, também António José Telo realçou o conflito de classes e destacou o papel da C.G.T. na análise que fez do desenlace da I República, muito embora não gastasse 195 páginas com o assunto³¹.

No que respeita à actuação dos anarquistas no movimento operário, a C.G.T. sofria de uma dupla culpa na óptica dos historiadores marxistas. Em primeiro lugar, era culpada de não ter sabido fazer a revolução social, por ter ficado bloqueada ou limitada à estratégia da greve geral insurreccional, enfim, pelo seu apoliticismo axiomático. Este último traduziu-se na recusa sistemática em estabelecer alianças políticas e ficou a dever-se às limitações ideológicas do anarquismo face ao marxismo científico.

Em segundo lugar, tendo contribuído para instabilidade social durante a I República, era culpada de não ter conseguido travar o fascismo, pelo desgaste que a sua estratégia tinha provocado e, mais uma vez, pelo seu apoliticismo e pela recusa em estabelecer alianças “anti-fascistas” com outros partidos à esquerda.

Uma parte desta leitura vinha da propaganda do novo regime, anunciado como um regime que visou restabelecer a “ordem pública”, combater o bolchevismo e resolver a “questão social”. Outra parte foi recuperada do combate ideológico da III Internacional nos anos '30. Nessa versão ortodoxa, que seguia uma narrativa mais próxima da hagiografia cristã do que de Marx, o anarquismo era apresentado como um estádio ingénuo e virtuoso, espécie de messianismo primitivo e inconsequente do operariado pré-moderno que antecede a chegada do P.C.P., donde irradiou a luz do marxismo-leninismo, e onde todos os trabalhadores conscientes deveriam ingressar depois de revelado às massas. Esta interpretação está sintetizada numa brochura muito cuidada graficamente, publicada muito recentemente a propósito do Centenário da República pelo PCP:

“*O divórcio entre os trabalhadores e a República*”, diz-se aí, “*tornou-se fatal para o novo regime apesar da dimensão das lutas do movimento operário entre 1910 e 1926 e da obtenção de importantes conquistas, a táctica reivindicativa da CGT, dominada pelo anarquismo e anarco-sindicalismo, revela-se cada vez mais inadequada a uma realidade marcada pela ofensiva reaccionária e pelo crescente poder do patronato assente*

no poder do Estado e do seu aparelho repressivo (...) A ausência de um forte partido político da classe operária, revolucionário, com influência de massas, impediu nessa fase a classe operária de fazer frente com êxito ao avanço do fascismo”.³²

Além destes, nos meios libertários dos anos '70, tornava-se difícil compreender como a poderosa C.G.T. tinha mostrado tamanha passividade perante o advento do fascismo. Para os que se situavam no campo republicano democrático, os operários tinham estado sempre contra a República, como uma espécie de quinta coluna. Ou melhor, tinham-na ajudado inicialmente para depois ajudarem a acabar com ela. Daí que, nesta óptica, o principal exercício consista em saber quando se dá o divórcio entre a República e o movimento operário. Em 1912, no rescaldo do movimento iniciado com a greve dos rurais de Évora? Em 1919, com a vitória dos anarquistas no Congresso Nacional Operário? Quando? Nunca, diria Emídio Santana em 1976, no Prefácio à 5ª edição da obra de Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*:

“Quando os sociólogos historiadores conseguirem reconstruir essa época [o período entre as guerras], o sindicalismo aparecerá claramente definido como último baluarte da democracia a cair perante o genocídio fascista, sempre a combater, e finalmente só.” (p. 10)

Por outro lado, a ideia de que o movimento operário, pelo seu radicalismo, contribuíra para o fim do regime é estranha aos observadores contemporâneos³³. O nacionalista Cunha Leal, por exemplo, identificava os problemas do regime com os vícios do sistema político constitucional que, através do controlo da máquina eleitoral, criara uma autêntica “ditadura do Partido Democrático”, a qual assentava naquilo a que Brito Camacho chamava o “caciquismo do Terreiro do Paço”. Não se vivia em 1926, antes pelo contrário, um período de ofensiva grevista, muito embora a imprensa conservadora agitasse o espantinho da Legião Vermelha. Importa a este respeito recordar que os anarquistas e os sindicalistas revolucionários foram a força política que menor responsabilidade teve pela violência desencadeada durante a I República. Apesar dos episódios de violência aberta associados a algumas acções colectivas (greves, manifestações, comícios, etc.), o balanço ficou claramente a favor do lado governamental, dos partidos políticos republicanos e das forças monárquicas. Além disso, as organizações operárias nunca tiveram força para fazer ou desfazer governos. Mesmo depois da Grande Guerra, os seus apoios públicos em manifestações aos governos de esquerda foram ineficazes. Por outro lado, a onda revolucionária iniciada no final da guerra encontrava-se esgotada em 1922, muito embora a urgência da Revolução Social não tivesse desaparecido na cultura militante e se mantivesse bem viva até à derrota do movimento em Espanha. Deste ponto de vista, o bombismo (agitado pelas forças reaccionárias para mostrar a incompetência dos governos

republicanos) expressou não tanto a dificuldade de contenção do movimento operário pelo regime que não hesitou em operar à margem da lei, como sobretudo o desespero e a radicalização de alguns grupos de jovens militantes, processo onde se inscreve a formação do PCP e a cisão no seio das Juventudes Sindicalistas³⁴.

Dois tópicos de um debate: a natureza do movimento e o seu papel no desenlace do regime republicano

A produção historiográfica sobre os movimentos sociais durante a I República precede e acompanha o ciclo de mobilização política que ocorre após o Movimento dos Capitães e conhece um notável refluxo a partir da segunda metade dos anos '80 do século XX. O resultado foi a demarcação duma espécie de “terra de ninguém”, não reivindicada à esquerda por qualquer das forças políticas constituintes do regime democrático. Por outro lado, a ofensiva neo-liberal comandada pelo eixo Atlântico, correlata com o processo de integração europeia, a implosão do mundo comunista e a revolução tecnológica acompanharam simultaneamente a consolidação dos regimes parlamentares e a crise das utopias sociais. Se, neste novo quadro de «globalização», a regressão nos direitos sociais dispensou as ditaduras fascistas ou fascizantes, como no período entre as duas guerras mundiais, ela contribuiu também para uma reavaliação dos movimentos emancipadores do passado.

Em termos historiográficos, o debate em torno da “questão operária durante a I República” centrou-se fundamentalmente sobre dois tópicos interligados: um, sobre o grau de modernidade da organização, do recrutamento e da acção operária sob a liderança do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo; outro, sobre o papel da autonomia operária na instabilidade do sistema republicano e as insuficiências da estratégia sindicalista comandada pela Confederação Geral do Trabalho para levar a cabo os seus propósitos e travar a ditadura dos militares.

Em relação ao primeiro tópico, Villaverde Cabral, na linha de Armando Castro³⁵, insistira na modernização do tecido económico operada a partir de finais de Oitocentos e na emergência dum proletariado moderno. Por outro lado, João Freire caracteriza sociologicamente o universo dos militantes libertários, encontrando uma “*correspondência positiva entre a ideologia libertária e o sistema de trabalho* [caracterizado pela autonomia do trabalho em contexto oficial] *vigente na época*”³⁶. Em jeito de balanço, poder-se-á afirmar que, mais do que síndrome de atraso, o movimento sindicalista que ocorre em Portugal neste período partilha traços comuns com outros contextos europeus onde se verificou que “*os trabalhadores das novas e expansivas indústrias do século XIX se organizaram mais len-*

tamente” e onde “as indústrias que criaram uma vasta organização eram mais antigas, mais oficinais e de menor escala, com a excepção notável da indústria mineira”³⁷. Nesta linha se situa igualmente o nosso estudo sobre os mineiros alentejanos, onde se demonstrou a natureza “trabalhista” e, nessa medida, “moderna” dos conflitos sociais emergentes nas minas do sul e da sua organização durante a I República e a Ditadura Militar³⁸.

Se escasseiam entre nós as análises comparativas com outros contextos nacionais sobre a associação entre as ideologias e a organização do trabalho, algum relevo tem sido atribuído às relações externas e a actuação transnacional de alguns militantes sociais, à influência directa exercida pelo movimento internacional sobre a organização e os acontecimentos locais e, finalmente, à permeabilização ideológica das diferentes correntes de pensamento libertário³⁹.

No que respeita ao segundo tópico, um balanço recente retoma no essencial as teses de Cunha Leal e de Douglas Wheeler, buscando nas fragilidades internas do sistema político parlamentar republicano, monopolizado pelos “bonzos” do P.R.P., na sua incapacidade para lidar com as oligarquias herdadas do passado, na acção dos seus inimigos, as causas da crise final da I República⁴⁰. Nesta medida, “a questão operária” apresenta-se como um problema histórico falso. Como mostrámos noutra local, nas vésperas do 28 de Maio, os governos democráticos tinham sido capazes de conter o movimento operário. A C.G.T. encontrava-se a braços com divergências internas graves, enfrentava a concorrência comunista e a repressão policial, e mostrava-se incapaz de fazer face à ofensiva patronal após as greves de 1922/3⁴¹. As acções revolucionárias subsequentes ao 28 de Maio de 1926 contra a Ditadura Militar vieram confirmar o isolamento da C.G.T.

* Esta comunicação, apresentada presencialmente a 21 de Maio de 2010, inscreve-se no âmbito do projecto de investigação em curso intitulado “Movimento social crítico e alternativo: memória e referências” e financiado pela FCT com a referência PTDC/CPJ-CPO/098500/2008. O autor expressa o seu agradecimento pelo convite que lhe foi endereçado para participar no Ciclo de Conferências “As Grandes Questões da I República (2009-2010)” organizado pelo Museu Bernardino Machado e patrocinado pela Câmara Municipal de V. N. de Famalicão.

** Núcleo de Ciências Políticas e Relações Internacionais (NICPRI) e Departamento de História da Universidade de Évora. E-mail: peg@uevora.pt.

¹ *O Movimento Sindical Português: a primeira cisão*, Mem Martins, Europa-América, 1982, p. 11.

² César de Oliveira tinha já publicado *A Comuna de Paris e os Socialistas Portugueses* (selecção de textos, com introdução e notas), Porto, Brasília Editora, 1971; *O Operariado e a República Democrática (1910-1914)*, Porto, Afrontamento, 1972 (na colecção Movimento operário português; 3); *Rosa Luxemburgo, Viva!* Porto, 1972; “Imprensa operária no Portugal oitocentista: 1825 a 1905, *Análise social*, 39, 1973; *O Socialismo em Portugal: 1850-1900* Porto, 1973; *A Criação da União Operária Nacional*, Porto, Afrontamento, 1973; “Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra 1914-18”, *Análise Social*, 10, Lisboa, Gab. de Investigações Sociais, 1973, pp. 679-702. Além das fontes compiladas nas obras anteriores, Oliveira publicou ainda a obra do sindicalista Alexandre Vieira, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, 2a ed., Lisboa, Seara Nova, 1974; o texto de J. Carlos Rates, *A Rússia dos Sovietes*, Lisboa, Seara Nova, 1976; *13 Cartas de Portugal para Engels e Marx*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978; e ainda *O Estado, a Democracia Burguesa, a Prática Revolucionária e o Anarquismo*, 2a ed., Porto, Paisagem, 1975; *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português* (recolha, prefácio e notas), Lisboa, Seara Nova, 1975; *A Revolução Russa na Imprensa Portuguesa da Época*, Lisboa, Diábril, 1976. Já depois de ter publicado *A Primeira Cisão* produziu uma *Antologia da Imprensa Operária Portuguesa: 1837-1936* que viria a ser publicada pela UGT-União Geral de Trabalhadores (Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1984).

³ Serve de exemplo a este respeito a obra de José Reis Sequeira, *Relembrando e Comentando: memórias de um operário corticeiro, 1914-1938*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.

⁴ M. J. Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, 5ª ed., Porto, Afrontamento, 1976. Emídio Santana escreveria aqui: “O nosso passado recente, o primeiro quarto deste século, teria sido apagado e interdito à Cultura e à História por uma espessa cortina que procurou ocultá-lo ao conhecimento da verdadeira História do nosso povo como se dela estivesse ausente ou estivesse apenas mergulhado num caos em que se transviara, e tudo o que foram os seus veículos de expressão e de acção apareciam confundidos ou desfigurados” (p.7).

⁵ Emídio Santana (col.), *O 18 de Janeiro e Alguns dos Seus Antecedentes*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.

⁶ Edmundo Pedro, *18 de Janeiro de 1934-18 de Janeiro de 1919: 45 anos de Luta Pela Democracia Sindical. Reflexões de um Militante*, Mem Martins, Fundação José Fontana, 1979.

⁷ Emídio Santana, *História de um Atentado: o atentado a Salazar*, Mem Martins: Europam, Forum, 1976.

⁸ Carlos da Fonseca, por exemplo, publica a obra de J. M. Gonçalves Viana, *A Evolução Anarquista em Portugal* (1894), Lisboa, Seara Nova, 1975.

⁹ Carlos da Fonseca, “Sociologia do Anarquismo Português (1887-1897) in Viana, *Ob. cit.*, p.33.

¹⁰ *Surgindo vem ao Longe a Nova Aurora: Para a História do Diário Sindicalista A Batalha (1919-1927)*, Lisboa, Bertrand, 1977.

¹¹ David Carvalho, *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1910-1926): Crónicas vividas dum imenso conflito*, Lisboa, Seara Nova, 1977. – 249 pp.

¹² D. Carvalho, *Ob. cit.*, pp. 13-14.

¹³ João G. P. Quintela, *Para a História do Movimento Comunista em Portugal: 1. A Constituição do Partido (1o período 1919-1929)*. - Porto: Afrontamento, 1976 - 299, [4] p. Para este autor tratava-se de “de procurar no passado as raízes profundas do presente, dos problemas e das dificuldades que defronta hoje o movimento operário português”. (p.7). Sobre a base de recrutamento do P.C.P. nesta sua 1ª fase v. o estudo de José Pacheco Pereira, “Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)”, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, 695-713.

¹⁴ José Silva, *Memórias de um Operário*, V. N. Famalicão : Livr. Júlio Brandão, 1971. – 2 vols. Embora escritas em 1955, as suas memórias apenas seriam publicadas nesta data.

¹⁵ Manuel Villaverde Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, Presença; G.I.S., 1977. – 346 pp.

¹⁶ M. Filomena Mónica e M. Fátima Patriarca, *O Movimento Operário em Portugal*. – Lisboa: G.I.S., 1981. (*Análise Social*, 2ª série, vol. XVII (67-68-69) 1981 (3º 4º 5º)).

¹⁷ “Bibliografia sobre o movimento operário português desde a origem até 25 de Abril de 1974 (livros e artigos publicados de 1974 a 1980)”, *Análise Social*, 2ª série, vol. XVII (67-68-69) 1981 (3º 4º 5º), pp. 985-1011.

¹⁸ Alexandre Vieira (1880-1973), *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Seara Nova, 1974. – 227 pp. (p. 9, Prefácio à 2ª edição). Três anos depois é também reeditado o seu texto originalmente publicado no Almanaque d’A Batalha, intitulado *Subsídios Para a História do Movimento Sindicalista em Portugal (de 1908 a 1919)*, Lisboa, Edições Base, 1977. – 70 p.

¹⁹ Não cabe aqui apresentar uma lista das suas publicações. Para uma bibliografia sobre o tema remetemos o leitor para as obras de J. Freire, *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Afrontamento, 1992, de Alexandre Samis, *Minha Pátria é o Mundo Inteiro. Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário entre Dois Mundos*, Lisboa, Letra Livre, 2009 e de Filipa de Freitas, *Les Jeunesses Syndicalistes au Portugal (1913-1926). Idéologie, violence et révolution*, Tese de doutoramento em História na École de Hautes Études en Sciences Sociales, 15. Dez.2007.

²⁰ *Portugal: Do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS, 1999.

²¹ *Trabalho, Sindicatos e Greves no Regime Fascista*, [Lisboa]: C.L.N.S.R.F., 1984, 334 p.

²² O contrato de depósito entre o Centro de Estudos Libertários e a Biblioteca Nacional data de 28 de Abril de 1980. Em 1982, com a ajuda financeira da Fundação Gulbenkian, iniciou-se a catalogação das espécies depositadas. Ver *Catálogo do Arquivo Histórico-Social*, Lisboa, AHS/CEL, 1983. – 2 vols. (mimeo).

²³ Carlos Abreu (org.) – *100 Anos de Anarquismo em Portugal 1887-1987*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987. – 214 pp.

²⁴ Edgar Rodrigues, *O Despertar Operário em Portugal (1834-1911)*, Lisboa, Sementeira, 1980. – 311 pp.; *Os Anarquistas e os Sindicatos*, Lisboa, 1981; *A Resistência Anarco-Sindicalista À Ditadura. Portugal 1922-1939*, Lisboa, Sementeira, 1981. – 373 pp.; *A Oposição Libertária em Portugal (1939-1974)*, Lisboa, Sementeira, 1982. – 372 pp.

²⁵ Maria Filomena Mónica, *Artesãos e Operários: indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa: Inst. de Ciências Sociais da Universidade, 1986; Vasco Pulido Valente, “Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)”, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, 615-678. V. tb. Ana Margarida Nunes de Almeida, *A Fábrica e a Família: famílias operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal, 1993.

²⁶ João Freire – *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo em Portugal, 1900-1940*, Lisboa, Afrontamento, 1992. – 439 pp.

²⁷ Vasco Pulido Valente, “A República e as classes trabalhadoras (Outubro de 1910 – Agosto de 1911)”, *Análise Social*, Vol. IX (2.º), 1972 (n.º 34), pp. 293-316

²⁸ M. V. Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979. – 473 pp.

²⁹ M. V. Cabral, *Ob. cit.*, p. VII.

³⁰ Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo* Lisboa, A Regra do Jogo, 1978. – 411 p.

³¹ António J. Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980. – 2 volumes. V. tb. do mesmo autor *O Sidonismo e o Movimento Operário: luta de classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa, Ulmeiro, 1977.

³² Partido Comunista Poituguês, *A Revolução Republicana de 1910 na História da Luta do Povo Português*, [Lisboa]: DEP/PCP, 2010).

³³ V. tb. por ex. Douglas L. Wheeler, “A Primeira República Portuguesa e a História”, *Análise Social*, vol. XIV (56), 1978-4º, 865-872.

³⁴ Filipa de Freitas, *Les Jeunesses Syndicalistes au Portugal (1913-1926)*, p.597 a 601.

³⁵ *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*, 4ª ed., Porto, Limiar, 1978. O prefácio da 1ª edição data de 1948.

³⁶ *Anarquistas e Operários...*, p.77.

³⁷ Charles Tilly, Louise Tilly e Richard Tilly, *El Siglo Rebelde, 1830-1930*, Saragoça, Pressas Universitarias de Zaragoza, 1997, p.57 (tradução nossa).

³⁸ *Indústria e Conflito no Meio Rural: os mineiros alentejanos: 1858-1938*, Lisboa, Cidehus/Colibri, 2001.

³⁹ V. a este respeito, por exemplo, os estudos recentes sobre o anarquista Neno Vasco de Alexandre Samis, *Minha Pátria é o Mundo Inteiro...*, Lisboa, Letra Livre, 2009 ou sobre a recepção da Carta de Amiens em Portugal, de João Freire, “Influences de la Charte d’Amiens et du syndicalisme révolutionnaire sur le mouvement ouvrier au Portugal”, *Le Syndicalisme Révolutionnaire. La Charte d’Amiens et l’Autonomie Ouvrière*, Paris, Éditions CNT, 2009.

⁴⁰ António Reis, “Epílogo: o fim da Primeira República”, *História da Primeira República Portuguesa*, coord. M. Fernanda Rollo e Fernando Rosas, Lisboa, Tinta da China, 2009, pp. 571-582. V. tb neste volume o texto de L. Farinha, “A Caminho do 28 de Maio” (pp.535-567) onde nenhum papel de relevo é dada ao conflitualidade operária no desenlace do regime. V. tb. D. Wheeler, “A Primeira República Portuguesa e a História”, *art. cit.*

⁴¹ “Cercados y perseguidos: La Conderação Geral do Trabalho (CGT) en los últimos años del sindicalismo revolucionário en Portugal (1926-1938)”, *Conflicto Político, Democracia y Dictadura. Portugal y España en la Década de 1930*, Mercedes Gutiérrez e Diego Palacios eds., Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007, pp. 199-227. Sobre o episódio da formação do Bloco de Defesa Social, em 1926, na sequência da tentativa de golpe revolucionário (de esquerda) liderado por Martins Júnior, veja-se A. José Queiroz, “As esquerdas e o Bloco de Defesa Social”, *A Ideia*, II série, Vol.12, nº 67, pp.34-40.